

As vespertas da chegada do Presidente Luiz Cabral da Guiné-Bissau em nosso país, e, em função da recente visita da delegação brasileira chefiada pelo ministro Saraiva Guerreiro, à Angola, Moçambique e outros países africanos, achamos que seria importante, antes de entrarmos diretamente no assunto a que nos propomos, fazer um esforço para tentar resumir, de maneira bastante suscinta e sem maiores pretensões, a evolução da política externa brasileira nesses últimos 20 anos. Sem nenhum temor em perder de vista nosso tema principal, iniciaremos por este caminho porque acreditamos também que a correlação é muito forte com o assunto que iremos abordar.

A análise da política externa brasileira, desde década de 60, revela inflexões significativas a cada governo, em função das forças políticas dominantes em cada período. A chamada "política externa independente" de antes de 1964, por exemplo, significou a introdução de novos padrões no relacionamento do Brasil com a comunidade internacional: abandonou-se a política de alinhamento estreito e automático com o Ocidente, antes de mais nada, com os Estados Unidos, e esboçou-se uma posição de liderança do Terceiro Mundo, através de uma filosofia mais avançada de desenvolvimento econômico e social.

As modificações políticas ocorridas em 1964 trouxe não apenas o retorno às normas tradicionais no relacionamento externo como, em muitos casos, um verdadeiro retrocesso no que se referia à defesa de determinados princípios da diplomacia brasileira. O governo Castelo Branco procedeu a uma revisão do processo de elaboração da política externa brasileira, submetendo-a aos conceitos e diretrizes emanadas do Conselho de Segurança Nacional. Assim, assim, a um retorno ao período da guerra fria e à formação de novos esquemas conceituais suscetíveis presumivelmente de guiar a ação externa do Brasil: a política externa tornou-se igualmente militar e a teoria dos "Círculos Concentrados de Atuação" veio somar-se aos conceitos de "fronteiras ideológicas" e de "segurança coletiva" para diminuir a importância atribuída até então aos princípios de independência e soberania. Nesta época nascia realmente a idéia de que as fronteiras do nosso país iam até o muro de Berlim.

Essa política externa dependente foi abertamente contestada no governo Costa e Silva e substituída por um esquema conceitual que reatava em grande parte com os princípios seguidos anteriormente. A suposta "confrontação bipolar", pela qual o Brasil estava indefectivamente ligado ao "irmão" americano, deu lugar a uma situação tendente ao policentrismo e os problemas de segurança cedem prioridade aos do desenvolvimento. A origem da maior parte dos conflitos e tensões no cenário internacional passou a ser o "subdesenvolvimento" e não mais a ação insidiosa do "comunismo internacional": o enfrentamento Leste X Oeste cedia seu lugar ao conflito Norte X Sul.

O governo Garrastazu Médici não prosseguiu, contudo, a ação multilateral empreendida pela administração anterior no sentido de lutar contra a divisão do mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Apesar de pronunciar-se contra as grandes potências que pretendiam, segundo se dizia, o "congelamento do poder mundial", a política externa do governo Médici rejeitou a "diplomacia da prosperidade conjunta" proposta na administração anterior, introduzindo em seu lugar a "diplomacia do interesse nacional". O fundamento da nova atitude era precisamente o projeto "Brasil Grande Potência", que levaria ao abandono da ênfase dada às ações multilaterais e do papel de líder do Terceiro Mundo, tal como praticado na Conferência da UNCTAD de 1968. A euforia criada pelo chamado "milagre econômico" contribuiu para sustentar a tese de que o país deveria atuar de maneira autônoma no cenário internacional, diversificando e ampliando suas relações como forma de eliminar os obstáculos à expansão do seu poder nacional. O bilateralismo cresceu na própria medida em que o progresso econômico permitia visualizar a crescente projeção do Brasil no cenário internacional e, já no âmbito regional, se faziam alusões à hegemonia que resultaria do fortalecimento do poder econômico.

No governo do general Ernesto Geisel, assistiu-se contradictoriamente, a expansão e afirmação crescente dos interesses nacionais, evidentemente, em função da crise que viria modificar substancialmente as regras do jogo no mercado internacional. A política externa tentou, então, proclamar a impossibilidade de "alinhamentos automáticos", (até certo ponto se considerarmos as questões fundamentais), abandonando-se inclusive os laços afetivos e políticos que nos uniam a Portugal, embora tardivamente, quando este já estava totalmente derrotado na África lusitana. A chamada política do "pragmatismo responsável", tornou-se assim, cada vez mais, a manifestação de um bilateralismo atuante, como forma de garantir a expansão dos interesses nacionais no âmbito da comunidade internacional em crise.

A diplomacia do governo Geisel, aparentemente inovadora, era na verdade, profundamente conservadora. Procurava acima de tudo, o caminho seguido pelas grandes potências na busca de um maior prestígio internacional. Isto se revela claramente na adoção de elementos da política tradicional — entre eles a expansão da capacidade militar do país e a associação crescente com o capital internacional para fins de crescimento econômico — como forma de promover o "poder nacional" e conduzir o Brasil à condição de parceiro privilegiado no cenário internacional, "potência emergente", como foi passado a se chamar.

Não abandonando portanto o sonho do projeto "Brasil Grande Potência", tal política não apenas isolou o país da comunidade dos países em desenvolvimento, como também justificou, paradoxalmente, a teoria do "congelamento do poder mundial", condicionando este processo à ascensão do Brasil ao "seleto clube das nações industrializadas".

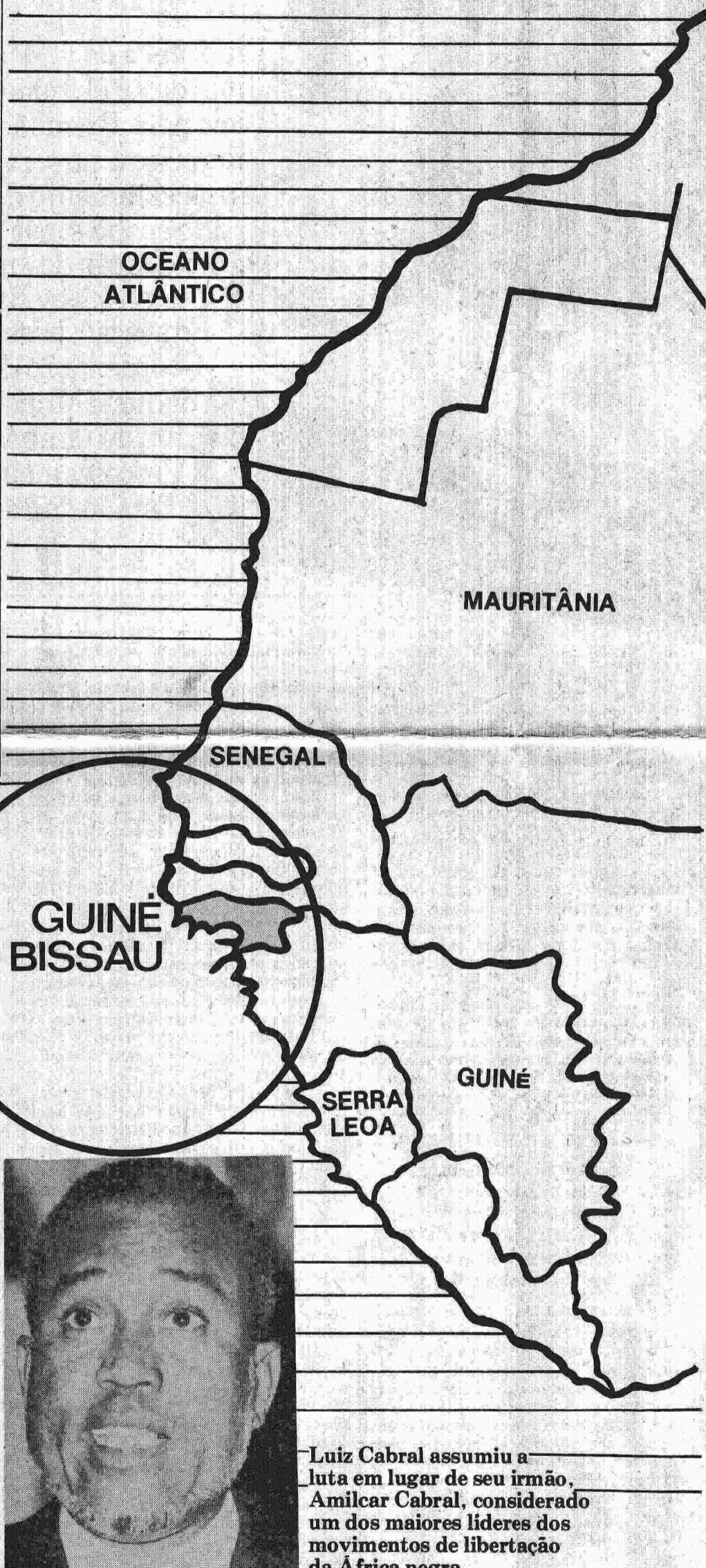
Apesar de ter procurado diversificar seu relacionamento internacional, como meio de introduzir maior flexibilidade no jogo diplomático, a política externa do presidente Geisel caracterizou-se sobretudo, por sua atitude passiva nos foros multilaterais, contrastando assim com a agressividade observada no âmbito das relações bilaterais.

A retração e a timidez seguidas pela diplomacia brasileira na atualidade, são

POR QUE O BRASIL CHEGA À ÁFRICA?

Maele Ferreira Lima

"As medidas adotadas pelo mundo industrializado forçaram o Brasil a diversificar seus parceiros comerciais e buscar novos espaços"



Luiz Cabral assumiu a luta em lugar de seu irmão, Amílcar Cabral, considerado um dos maiores líderes dos movimentos de libertação da África negra

dificilmente explicáveis quando se observa o conjunto imenso de problemas afrontados pelos países subdesenvolvidos no cenário internacional.

O Brasil como a maior potência do conjunto das nações do Terceiro Mundo, teria inegavelmente, em outras circunstâncias políticas internas, um grande papel a cumprir na superação dos atuais obstáculos à cooperação internacional, em prol do desenvolvimento e do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa.

No que se refere à procura de novos mercados, principalmente na África, não podemos nos esquecer que tivemos de tomar esse caminho por vários motivos que voltaremos a comentar. Apenas, seria importante evidenciar que a emergência recente de nosso país no cenário internacional, deriva precisamente da concessão de um espaço que lhe foi concedido pelos países industrializados. Assim, a atuação diplomática brasileira atual, em busca desses novos mercados, continua a obedecer aos limites que lhe são impostos pela divisão internacional do trabalho na qual nosso país está inserido.

Essas características, mesmo disfarçadas sob o manto de uma terminologia aparentemente engajada e comprometida, tem dado lugar a que diversos países acusem o Brasil e sua política externa de oportunista e voltada meramente para in-

teresses mercantis a curto prazo.

O continente africano e principalmente a África de língua portuguesa, tem como vimos, um significado bastante importante para o Brasil.

Por outro lado, voltando a um assunto já antes ventilado, além da necessidade vital de conquistar novos mercados, para poder atender as exigências do modelo concentrador-exportador implantado desde 1964, a crise geral das economias capitalistas, foi pouco a pouco dificultando o acesso de nossos produtos aos mercados tradicionais da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e dos Estados Unidos. Assim, as medidas protecionistas adotadas por esses países, forçou o Brasil a diversificar seus parceiros comerciais e a procurar novos espaços. Sob o ponto de vista da Economia Internacional, este nos parece ser um dos motivos que nos leva a ter hoje um interesse todo especial em relação à África.

Durante séculos, o colonialismo português exerceu o seu domínio sobre aquela parte da África. Para manter seu império, foi apoiado, até o final, pelo aparelho econômico-militar-político e religioso das nações desenvolvidas da Europa Ocidental que dominavam o restante do continente e ainda dominam algumas regiões. Depois, juntaram-se a elas, os Estados Unidos que assumem efetivamente, após a segunda guerra mundial, a hegemonia total no seio

do sistema capitalista. Ao lado dos grandes da economia mundial que sustentaram até o último instante o acervo português de além mar, encontrava-se alguns países da chamada periferia do sistema, países subdesenvolvidos e explorados pelo neocolonialismo e pelo imperialismo, enfim, países dependentes e submetidos agora, à divisão internacional do trabalho, pensada, organizada, orquestrada e colocada em prática pelos Estados Unidos quando o nazismo foi derrotado em seus próprios domínios. Entre esses países encontrávamos o Brasil que resistiu até o apagar das luzes portuguesas em terras guineanas. De nossa parte, o reconhecimento da Guiné-Bissau, só se verificou em 17 de junho de 1974. Vale ressaltar que, quando o P.A.I.G.C. proclamou a independência nas zonas liberadas e sob seu controle, mais ou menos 2/3 do país, em 24 de setembro de 1973, já não existia mais nenhuma dúvida quanto à derrota final do domínio português naquelas terras. Entretanto, fiel à condição de país dominado e dependente, o Brasil preferiu esperar, alinhando-se assim, com os interesses das potências industrializadas do Ocidente e resistiu como resistiu pouco depois em relação à África e Moçambique, esperando que acontecesse um "milagre", ou seja, uma reação portuguesa que não tinha mais condições históricas de se verificar. O colonialismo estava realmente morto na África portuguesa. Assim, não foi por acaso que os dirigentes moçambicanos e angolanos cobraram do Ministro Saraiva Guerreiro e da delegação que chegou há três dias daquela região, o posicionamento político confuso assumido pelo Brasil na ocasião em que eles mais precisavam de apoio internacional.

Quando os combatentes do P.A.I.G.C. tomaram oficialmente posse de Bissau em setembro de 1974, encontraram apenas um estoque de arroz para duas semanas. Os portugueses não deixaram praticamente nada a não ser os vestígios de uma economia colonial em estado caótico. Para se ter uma idéia da amplitude do "legado português", não existia nessas áreas libertadas por último, nem farinha, nem açúcar, nem combustível para ser utilizado nas atividades domésticas. Os portugueses saquearam tudo. Os dois hospitais de Bissau com cerca de mil leitos, dispunham apenas de três médicos civis. Não existia nenhuma infraestrutura moderna, nenhuma reserva em capitais e nenhum dado estatístico impresso. Tudo foi destruído, saqueado e queimado.

O porto de Bissau estava bastante danificado e era incapaz de receber, para descarga, um cargueiro de porte médio. Todos os veículos oficiais que existiam na colônia tinham sido levados pelos portugueses na hora da partida. Ficaram apenas barcos cujos motores tinham sido sabotados pelos colonizadores. O P.A.I.G.C. herdava assim, uma terra completamente sabotada e uma situação financeira totalmente desastrosa.

Apesar de o presidente Luiz Cabral e seus companheiros do P.A.I.G.C. não esperarem encontrar um quadro mais alegre, ficaram surpresos com a extrema pobreza das regiões evacuadas pelos portugueses no verão de 1974. Aliada a esta miséria material e humana, cerca de 92% de analfabetos estavam incorporados a este acervo macabro deixado pelo colonialismo português, pela chamada civilização branca "superior", cristã e ocidental.

A personalidade do homem que iria assumir os destinos deste pequeno e heróico país era extremamente forte e marcada por uma grande visão e energia. Além disso, pela lembrança de seu irmão Amílcar Cabral, fundador e chefe do P.A.I.G.C., assassinado em emboscada pelos agentes da PIDE (Polícia Política Portuguesa), poucos meses antes de se concretizar o seu grande sonho: libertar sua pátria do jugo português. Luiz Cabral assumiu assim o comando do partido, a direção da luta de independência iniciada por seu irmão Amílcar Cabral, um dos maiores líderes negros da África colonizada e explorada pelo colonialismo, pelo neocolonialismo e pelo imperialismo.

O Brasil, como deputado, é deputado a um assunto já antes ventilado, além da necessidade vital de conquistar novos mercados, para poder atender as exigências do modelo concentrador-exportador implantado desde 1964, a crise geral das economias capitalistas, foi pouco a pouco dificultando o acesso de nossos produtos aos mercados tradicionais da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e dos Estados Unidos. Assim, as medidas protecionistas adotadas por esses países, forçou o Brasil a diversificar seus parceiros comerciais e a procurar novos espaços. Sob o ponto de vista da Economia Internacional, este nos parece ser um dos motivos que nos leva a ter hoje um interesse todo especial em relação à África.

Ao raiar a independência total, em setembro de 1974, o país se defrontava com dois problemas de extrema gravidade. De um lado, a situação em Bissau, onde milhares de parasitas do exército português perambulavam pelas ruas, sem emprego, praticando toda sorte de banditismo e saques. Por outro lado, a necessidade de integrar Bissau e o conjunto de pequenas vilas disseminadas, recentemente liberadas, às estruturas econômicas e políticas já estabelecidas e controladas pelo P.A.I.G.C. nas regiões antes libertadas que representavam na época, cerca de 2/3 do país e onde se concentravam quase a metade da população total da ex-colônia. Além desses dois desafios fundamentais existiam outros formados por milhares de problemas secundários deixados pelo sistema colonial.

Apesar de tudo, o P.A.I.G.C. sabia que tinha condições de enfrentar os desafios. Suas fileiras eram formadas por homens e mulheres dotados de uma grande experiência de luta na adversidade, de uma grande consciência política e de um conhecimento profundo da realidade de seu país. Além disso, já tinham conseguido com sucesso, implantar estruturas sólidas de autonomia nas regiões sobre seu domínio. O problema não era portanto o de construir um Estado do nada, mas o de estender o que já tinham construído, às populações urbanas e disseminadas, libertadas nas últimas refregas. Era portanto, muito menos uma questão de política do que de organização e de administração; em síntese, era apenas uma questão de saber assegurar a transição.

Os primeiros instantes foram realmente de grandes dificuldades. Além de terem de fazer um inventário completo dos problemas existentes, era importante saber quais os que deveriam ser atacados em primeiro lugar. Foi somente a partir da metade do ano de 1975 que foi possível progredir um pouco no campo global do desenvolvimento nacional, ou seja, foi possível dar os primeiros passos visando a reconstrução ou a construção. Hoje, diversos índices já demonstram que o país melhorou bastante e que engaja-se na via do progresso que sem dúvida, deverá assegurar num futuro bem próximo, sua expansão econômica e sua evolução política.

No plano econômico, uma das grandes metas iniciais do P.A.I.G.C., foi a de dar prioridade aos esforços em favor das regiões rurais. Evidentemente, o problema imediato era o de desenvolver a produção com o objetivo de recuperar, ao menos, os índices de antes da guerra, de antes de 1963. Para os responsáveis da economia, a retomada das exportações seria capaz de assegurar a viabilidade do sistema econômico nacional. Entretanto, insistiam no fato de que a retomada das exportações não deveria constituir o motor principal da economia. Elas deveriam, ao contrário, contribuir para a realização do desenvolvimento econômico auto-sustentado, graças por exemplo, à melhoria da produtividade, da recuperação das terras, da diversificação de culturas e da introdução de um sistema de cooperativas. Dessa maneira, os economistas guineanos acreditaram que a acumulação de capital, capitaneada pela aplicação de medidas eficazes nesses setores, seria capaz de alicerçar a base de decolagem para uma industrialização controlada no futuro.

No plano político, é inegável que a Guiné-Bissau se posiciona, a nível internacional, como um país não-alinhado. Trata-se portanto de um posicionamento em defesa da construção de uma nova ordem econômica internacional, em defesa das reivindicações dos chamados países do Terceiro Mundo, que lutam pela valorização e pela propriedade de seus recursos naturais e de suas matérias primas, controladas hoje pelas chamadas empresas transnacionais dos países avançados do sistema capitalista.

No plano político interno, os dirigentes do P.A.I.G.C. não optaram nem pelo modelo socialista nos moldes clássicos e muito menos pelo sistema capitalista tal qual nós o conhecemos. Nesse sentido, o sistema econômico subsiste com a presença da iniciativa privada que aliás é encorajada. Podemos dizer que predomina um sistema misto, onde um controle bastante eficaz é exercido sob as faturas para evitar a especulação e a sabotagem e onde a maioria das atividades comerciais são controladas pelos chamados "Armazéns do Povo". Os Armazéns do Povo, fazem parte portanto, do sistema público de magasins populares cuja criação remonta aos anos de 1966 nas zonas libertadas pelo P.A.I.G.C.

No que se refere ao comércio exterior, antes completamente monopolizado por grandes firmas portuguesas e controlado a partir de Lisboa, este monopólio foi completamente destruído e nacionalizado pelo governo.

Necessitando de uma enorme ajuda técnica para poder cumprir seus objetivos econômicos futuros, a Guiné-Bissau tem procurado estreitar laços de cooperação com todos os países dispostos a contribuir com o desenvolvimento nacional. Independente de qualquer preconceito ideológico, o que caracteriza muito claramente sua opção pelo não-alinhamento, a Guiné-Bissau realiza programas de cooperação econômica e cultural com a França, a Inglaterra, a Holanda, a União Soviética, a Suécia, a China, a Itália e muitos outros países.

Podemos afirmar que a Guiné-Bissau é hoje um país politicamente estável, disposta já de um certo potencial para resolver nos próximos anos, o desenvolvimento harmonioso que pretende.

O P.A.I.G.C. é igualmente a cabeça política de outra jovem República que se chama: Cabo Verde. São dez ilhas vulcânicas, dois rochedos e uma população de pouco mais de 310 mil pessoas, sem contar os caboverdianos que habitam nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e em outros países africanos. Cabo Verde fica a uma hora de avião de Bissau e constitui um mundo em si. Um mundo incrível de picos, de vales, de pequenas vilas de uma outra idade cuja população se distingue do resto dos habitantes da África Ocidental.

Vale ressaltar que em junho de 1975, os caboverdianos se pronunciaram em 90% favoráveis ao P.A.I.G.C. que desde 1957 se encontrava na clandestinidade e pela independência verificada em 5 de julho de 1975.

Politicamente, predomina a mesma situação que existe na Guiné-Bissau de onde são originários a maior parte dos ancestrais dos Caboverdianos. Existem apenas pequenas diferenças na organização socio-política dos dois países. Em Cabo Verde, nós encontramos uma espécie de "mini-sistema" de organização bastante parecido com aqueles que encontramos nas sociedades do oeste europeu. As classes são evidentemente embrionárias mas encontramos um forte sentimento de identidade de classe entre a chamada pequena burguesia urbana que é relativamente bem mais numerosa do que em Bissau (Guiné-Bissau). Dois outros elementos importantes completam este quadro de organização socio-política: uma fidelidade muito viva a um catolicismo nativo algumas vezes aberrante e a existência de uma velha emigração que conservou um estreito laço com as ilhas, onde ela envia cada mês considerável somas em dinheiro. Isso tudo junto se portanto a uma natureza insular para dar à Nação Caboverdiana, aquele perfil a que nos referimos: uma especificidade única na África Ocidental.

Maele Ferreira Lima é economista, sociólogo e vice-presidente do CEBRADE-DF